

Tese: sua elaboração

NAIR FORTES ABU-MERHY

I — Conceito de Tese

A PALAVRA *tese*, do grego *θεσις*, significa, segundo Bailly, posição, ação de pôr, de colocar, de arranjar. Fácil estabelecer a transição semântica do termo que aparece, na *Lógica* de Aristóteles, com a significação de proposição que, sem ser um axioma, serve de base a uma demonstração, não tendo necessidade de ser demonstrada, e, em Cícero, como questão geral, donde decorrem naturalmente os casos particulares. Segundo Saraiva, o mesmo Cícero e ainda Quintiliano usaram o termo com a significação de “questão de filosofia ou de direito, argumento, proposição, problema”. Nessa ampla acepção, pode ser considerado como sinônimo de *tema*, do grego *θεμα*, tal como usado por Sêneca, correspondendo a “proposição, assunto, argumento, matéria”. Entre os antigos retóricos, *tese* era uma “casta de declamação”, conforme nos informa Bluteau. Nesse sentido, a *tese* foi adotada nas Universidades desde a fundação destas. Na Sorbone, é usada pelo menos desde 1323.

São Boaventura introduziu-a na ordem franciscana. Para êle, o conteúdo da *tese* justificava a seguinte divisão:

- 1) *tese* para o *bacharelado* chamava-se *tentativa*;
- 2) *tese* para o *licenciado* desdobrava-se em três:
 - a) *tese* menor ordinária;
 - b) *tese* maior ordinária;
 - c) *tese* sorbônica.
- 3) *tese* para o *doutorado* desdobrava-se também em três:
 - a) a *vesperia* — em que os doutores atacavam o candidato;
 - b) a *aulica* (ab-aula) — em que o candidato expunha;
 - c) a *resumpta* — que era a síntese das duas primeiras.

No século XVIII, já se tinha unificado o sentido da palavra e seu significado é dado por Bluteau: “these he termo Dogmatico, & val o mesmo que Proposição geral, que alguém offerece a defender, & sustentar”.

No século XIX, o sentido é dado pelo Dicionário da Academia Francesa: “*Toute proposition qu'on énonce, toute question qu'on met en avant, dans le discours ordinaire, avec l'intention de la défendre si elle est attaquée*”. E acrescenta: “*question soutenue publiquement dans les écoles pour*

obtenir un grade”. Como se vê, seu sentido dependia mais da intencionalidade do que mesmo da forma.

A palavra *tese* tem, hoje, um sentido lógico e um sentido técnico, por assim dizer.

No sentido lógico, há que considerar: a) o *ponto de partida*: enunciado de uma hipótese, visando à comprovação — é, pois, simultaneamente, *tema, assunto, matéria e problema*; b) o *ponto de chegada*: enunciado que é a própria demonstração.

Para Aristóteles, *tese* era instrumental: servia de meio à demonstração. A lógica formal ensina-nos que os elementos da demonstração são quatro: *tese, princípio, meio e conclusão*. A *tese* é a verdade que deve ser demonstrada. O *princípio* é a proposição maior em que se funda a conclusão. O *meio* é a proposição menor. A *Conclusão* é a própria *tese*. O único elemento constitutivo da demonstração que precisa ser imediatamente evidente é o *princípio*. O *meio* indica a causa necessária, isto é, deve mostrar como o predicado convém ao sujeito. Sendo a conclusão a própria *tese*, convém distinguir: *tese*, como parte da demonstração, e *tese* como a própria demonstração acabada. Assim, é *meio* (instrumento) ao mesmo tempo que *fim*.

No sentido técnico, *tese* é o conjunto da enunciação de uma hipótese, de sua exposição e argumentação, exigindo uma única conclusão.

Nosso trabalho cinge-se a êste aspecto técnico.

Se investigarmos trabalhos rotulados com o nome de *tese*, vamos encontrar uma variedade de formas, nem tôdas podendo usar legitimamente o título.

Na prática, a maior confusão que se estabeleceu é entre *monografia* e *tese*. Tentemos precisar as diferenças entre os dois termos. *Monografia*, do grego *μόνος* — um — e *γραφία* — arte de escrever, escrita; ação de escrever, redação — é o escrito sôbre um *único* assunto.

Há duas espécies de monografias: a) a que exprime a essência da coisa; b) a que exprime a existência ou não existência da coisa.

Sua forma é sempre a expositiva. Requer, algumas vezes, a argumentação e, por êsse lado, fácil é confundi-la com a *tese*. Entretanto, a argumentação não precisa reduzir o problema a uma única conclusão, como na *tese*.

A *tese* tem que se circunscrever a um único enunciado, que pode ter mais de um corolário, mas cuja dedução final deve ser a prova de sua

veracidade lógica: exige, pois, uma única conclusão.

A monografia tem que esgotar o assunto até onde êle se encontra, podendo chegar a diversas conclusões: umas acabadas; outras em suspenso. Subentende uma correição de fatos, cujo encadeamento não é necessário, porque tem que se socorrer do elemento histórico, muitas vezes acidental, para chegar a um ponto de atualização que é como o "mis au point" do assunto.

A tese não é matéria exposta com o fim de esgotar tudo o que se investigou e se apurou sobre um unico assunto, como a monografia. A tese visa a comprovação e, portanto, a concatenação e demonstração de assuntos são necessárias e não acidentais. Os seus elementos históricos são como que uma cadeia cujos elos anteriores exigem os posteriores e estes supõem aquêles. A conclusão da tese tem que ser acabada, completa.

A tese pode ser considerada como um recurso didático intelectualista, enquanto a monografia é o espelho do ensino experimentalista. E isso me parece tão verdadeiro que hoje se nota o abandono crescente da tese e a adoção, cada vez mais generalizada, da monografia.

Conservamos o pomposo título "tese", mas adotamos a forma monográfica pura, mais consentânea com a orientação dos nossos tempos. Ou muito nos enganamos ou, dentro em breve, por força dêsse uso, o termo *tese* tornar-se-á sinônimo perfeito de *monografia*.

II — Estrutura da Tese

Para facilitar a compreensão do assunto, os autores usam anteceder a tese de uma síntese histórica, um apanhado do assunto para situar a questão. Não se trata de uma situação no tempo, como que uma conclusão a que se chega "depois" do que já se havia atingido. Não. No transcorrer do tempo, como que sectionando-o, podemos demonstrar uma proposição, desenvolver uma tese, sem necessidade de nos valermos do que se lhe segue historicamente.

A tese pode, então, abranger uma "introdução", "prefácio" ou prólogo" — tal como na monografia. Nela, é costume indicar o "planejamento do assunto", para mostrar a marcha do raciocínio ou para indicar os elos gerais que ligam as suas partes integrantes ou para estabelecer premissas ou, ainda, para elucidar certas preliminares.

Logo a seguir, vem a "exposição" da matéria tal como na monografia, subordinada a divisões, mais ou menos longas, dependendo da extensão do assunto. É comum o uso de "capítulos" que podem subdividir-se ou em "títulos" ou em "artigos" ou em "partes" ou vice-versa. Finalmente, vem a "demonstração" e nisso não se confunde com a monografia. Há autores que entrelaçam a parte positiva com a demonstrativa, para destacar, nas "Conclusões", as deduções consecutivas lógicas, de uma outra a proposição, até reduzir à final — que é a *tese*.

O espírito tem que passar de uma verdade hipotética (hipótese) para chegar a uma verdade tética (tese) — esse o característico essencial da tese.

A demonstração pode partir de premissas certas ou prováveis ou falsas. Se as premissas são certas, e a chamada demonstração apodítica, cujo resultado é a *certeza*. Se as premissas forem prováveis, a demonstração é dialética, que leva à *opinião*. Se falsas as premissas, a demonstração é sônica e conduz ao *erro*.

É claro que, ao escrevermos uma tese, devemos apresentar um assunto que possa e necessite ser demonstrado. Se o assunto for evidente por si mesmo, e inútil a tese. Se impossível a demonstração, não tem cabimento a tese.

A conclusão da tese nem sempre tem o mesmo alcance: depende das proposições que se entrelaçam no silogismo ou nos silogismos em que ela se desenvolve. Assim, se a proposição *maior* for um axioma e a *menor* uma verdade empírica, a conclusão deve ser necessária e absolutamente verdadeira. Quando, porém, a *maior* é uma verdade de fato e a *menor* uma proposição singular, a conclusão não é necessariamente verdadeira.

Há várias espécies de demonstração, de que nos podemos valer conjunta ou isoladamente na elaboração de uma tese. Assim, a demonstração é *direta* quando se chega à conclusão de que o predicado convem ao sujeito por causa de algumas propriedades que êste possui. Se, porém, admitíssemos uma proposição contrária, da qual resultasse o absurdo, a demonstração seria *indireta*. Quando da causa descemos para o efeito (dedução), temos a demonstração *a priori*; se partimos do efeito para a causa (indução), temos a demonstração *a posteriori*.

Quanto ao *valor* das premissas, a demonstração pode ser absoluta e relativa. Esta ultima e a tirada de premissas quaisquer que se nos possam objetar. Temos, então, que usar expressões como estas: "admitindo, *ad argumentandum*, isto e aquilo... (as objeções)" ou "concebo" (o todo ou parte) ou "distingo" (o todo ou parte)... etc. Com isso, podemos refutar a falsidade de uma proposição, usando as premissas falsas de seus autores.

A demonstração é absoluta quando a conclusão se infere de premissas certas.

O difícil, na elaboração de uma tese, é estabelecer as premissas certas porque, se todas assim o fôsem, seria fácil a sua defesa.

Quanto à *natureza* das premissas, a demonstração pode ser: pura, empírica e mista. *Pura*, quando as proposições que entram no silogismo são analíticas. *Empírica*, quando sintéticas. *Mista*, quando uma é analítica e outra sintética. É comum, na elaboração de uma tese, o uso simultâneo das três formas.

Na redação da tese, temos que levar em consideração certos princípios.

Se a tese é matéria, assunto, proposição que se deve demonstrar ou problema que se deve resolver, é necessário que fique claro, desde o iní-

cio, o objetivo do autor. No desenvolvimento, a matéria pode ir sendo hierarquizada: do geral ao particular ou inversamente. Imprescindível se torna, porém, a organicidade do assunto. E' lamentável têmos trabalhos dessa natureza em que assuntos do mesmo alcance se achem repisados em seções diferentes.

Devemos, pois, pesar bem a natureza dos argumentos e grupa-los segundo uma ordem, sendo preferível a de valor para o assunto. Para isso, e sempre aconselhavel fazer um quadro sinotico antes de elaborar cada capítulo. O autor consciencioso faz o planejamento e redu-lo a um esquema. A medida em que o vai desenvolvendo, vai retocando, ou ampliando ou restringindo ou ate mesmo alterando.

Depois de escrito cada capítulo, é aconselhavel fazer novo quadro sinotico, para verificar se se situou bem ou nao a materia, em lugar proprio e na extensao pretendida.

Depois de escritos todos os capítulos ou partes, devemos verificar se na um equilibrio entre os mesmos: se a extensao é mais ou menos a mesma e se todos se justificam pelo seu conteúdo. Quando escrevemos, surgem-nos ideias multipias, muitas vezes sugeridas pelos titulos. Muitas ideias, apesar de ricas, nao podem ser aproveitadas: ou as lançamos em papel a parte para aproveitamento posterior no mesmo trabalho ou para outros.

A revisao final impõe-se. E' o trabalho de corte o mais demorado. Nao tenhamos receio em podar o que escrevemos. A arvore nao deve ser seca, mas nao deve vergar sob o peso da vegetação sob pena de vermos o ornamento e nao a estrutura.

Aqui estamos em plena teoria da arte de escrever, de facil doutrinação e de dificil aplicação.

Atualmente, inspiramo-nos muito, para os trabalhos tecnicos, nos livros norte-americanos. Tenhamos, porem, cuidado, pois, de modo geral, sao escritores prolixos. Embora preocupados com a unidade, a organicidade, o equilibrio, seu espirito é diverso do do latino. Os autores norte-americanos — aqui falto pela literatura educacional com que tenho constante trato — repetem demais a mesma materia em capitulos sucessivos. Os titulos e subtítulos de seus trabalhos sugerem muito mais do que usam colocar no desenvolvimento. Sao preciosos como despertadores de ideias, mais do que pelas informacoes em si. Já o mesmo nao acontece com os livros latinos, sobretudo os franceses. Têm os franceses a mania da concisão, que nada mais é que o culto à intelligencia ou, antes, à razão. Seus livros registram seu pensamento com a mais rigorosa precisao. Escrevendo com o senso da medida, nao dão idéia do rebuscamento e do tom "retouché". Porque é necessario um cuidado imenso para que, depois de tantos percalços, não venhamos a produzir um trabalho árido, muito medido e pesado que acabe por tornar-se desinteressante ou quase indigerível. Mas também não devemos cair no excesso contrário: abandonarmos à inspiração e ir repisando de tal forma as mesmas coisas que não há leitor possível para nossos escritos.

Cada assunto tem seu estilo próprio. O estilo não e somente o homem: e o homem consciente de um fim.

A tese tem que ser encarada pelos seus dois aspectos: o logico e o didatico.

O aspecto logico vale mais para o autor: a demonstração da hipotese, o encaminhamento logico e a conclusao — precisa, clara, certa, insosismavel — e a finalidade do trabalho intelectual do autor.

O aspecto didático vale mais para o leitor: a demonstração da hipotese, no encaminhamento logico para a conclusao, será tanto mais precisa, clara, certa, insosismavel, quanto mais se evidenciarem os recursos didaticos do autor.

Em última análise o autor é um mestre que ensina uma verdade (de que tem a posse) a um aluno, o leitor (que deve chegar a possuí-la, aprendendo-a).

III — Finalidade da tese e passos para a sua elaboração

FINALIDADE

Atualmente, no Brasil, podemos escrever teses com diferentes finalidades:

1.º) *Para atender às exigências concernentes à finalização de cursos.*

Como disse Roberts: "Dissertations and theses — these are, by definition, essays written in fulfillment of the requirements of a degree awarded by some institution or other examining body and on their completion; they are usually in typescript form" (1).

Esses trabalhos são, em geral, acompanhados pelos professores. Requerem estudo da parte dos estudantes, mas podem ser retocados pelo mestre ou, pelo menos, recebem de inspiração, orientação.

2.º) *Para obtermos um lugar no magistério.*

Nem sempre a tese, para o concurso do magistério, foi de livre escolha, como hoje o é. Carlos Maximiliano, por exemplo, na sua magistral Reforma de Ensino, deu pouco valor à tese, embora a exigisse, "como trabalho de valor" para o candidato a concurso de professor substituto ou docente-livre, uma vez que não admitiu concurso direto à cátedra, tentando criar uma carreira de professor. Já Rocha Vaz, na sua Reforma de 1925, admitindo o concurso para a cátedra, exigia duas teses: uma de assunto comum a todos os candidatos; outra, de livre escolha. Ambos os reformadores preocuparam-se em investigar a autenticidade ou paternidade da tese.

A Reforma Campos aboliu a tese comparativa, admitindo só a de livre escolha.

3.º) *Para ingresso em serviço público (seleção de funcionários).*

Têm sido exigidas teses com assuntos previamente indicados e com prazos pequenos para a

(1) A. D. ROBERTS, F.L.A. Guide to Technical Literature, pág. 21 London. Grafton & Co., 1939.

sua realização. Daí surgirem quase sempre monografias e não teses.

Celso de Magalhães (2), em interessante artigo, chamou atenção para o fato de não ter cabimento “defesa de monografia”, pois a monografia não visa a provar coisa alguma. Propôs que se exigisse um “debate público em torno da monografia”, o que parece lógico se deva fazer e na realidade se faz, apesar do rótulo de “defesa de tese”.

Há, assim, assuntos marcados e outros de livre escolha. É difícil encontrarmos “teses” para assuntos impostos. Geralmente, inclinamo-nos a escrever monografias sobre êles.

A tese requer a livre escolha. Aliás, sendo a tese contribuição original, é essencial que o autor a encontre por si e não vá exumá-la de assuntos indicados.

Para a sua elaboração, é de grande auxílio seguir determinada orientação ou passos formais — o que passamos a ver no tópico seguinte:

PASSOS FORMAIS

Hubbell (3), orientando os principiantes, assim estabelece os passos para escrever qualquer trabalho documentado, conforme passamos a sintetizar:

I — Escolha do Assunto, indicando:

- 1) o que evitar
- 2) como descobrir a orientação do assunto
- 3) como escolher um assunto e adaptá-lo aos fins que se tem em vista.

II — Levantamento da bibliografia sobre o assunto.

III — Avaliação do material, que abrange:

- 1) o problema da avaliação
- 2) a apreciação das fontes de primeira mão e as de segunda mão.

IV — A leitura e o fichamento (notas)

V — A organização do material

VI — O esboço

- 1) método de organizá-lo
- 2) formas de esboço

VII — Escrita e documentação

VIII — Disposição da bibliografia

IX — Revisão

O mais difícil nessa seqüência é a avaliação do material. Para isso, recomenda aquêle autor os seguintes métodos:

- 1) o normativo — que fixa o critério de valor;
- 2) o experimental, isto é, a observação controlada que pode ser feita mediante inquéritos,

questionários ou outras formas que o método comporta;

3) histórico;

4) outros métodos: o estudo de caso (case study), o genético, o comparativo, o administrativo (survey method), o da compilação e o de questionários.

Na organização do material, outra fase importante, a ordem aconselhada por aquêle autor é a dedutiva: da causa ao efeito. Assim hierarquiza:

1) Causas

2) Origem

3) Passos sucessivos do desenvolvimento

4) Conclusões ou generalização decorrentes do estudo.

Celso de Magalhães, no trabalho citado, divide os passos em dois tempos: um anterior à elaboração e outro no decorrer.

No primeiro tempo, indaga-se: “Que pretendo provar?” e a resposta sugere ou determina o título da tese. Depois, há a segunda pergunta: “De que elementos devo lançar mão para provar?” Para a resposta, mister se faz estabelecer as preliminares para a prova.

No desenvolvimento da tese, indica a seguinte seqüência:

1) Conceituar o assunto

2) Procurar as vozes das autoridades que dêle tratarem (autoridade)

3) Cuidar de dispor o assunto

4) Investigar as provas para o mesmo.

Em resumo, para êle a tese é perfeita quando

1) diz o que vai provar;

2) estabelece as preliminares necessárias à prova;

3) mostra que as preliminares podem ser aplicadas às situações focalizadas no trabalho;

4) dá como explicado o fato (demonstração).

Podemos resumir, assim, nosso ponto de vista, além do que já dissemos, sobre a redação da tese:

A — Fase preparatória:

1) a formulação de uma hipótese;

2) pesquisa sobre os trabalhos realizados nesse setor;

3) fichamento dos dados obtidos pela pesquisa.

B — Fase de elaboração:

I) PLANEJAMENTO do assunto (o título do trabalho, as divisões que comportam, etc.)

II) DESENVOLVIMENTO:

1) Organização do material para a sua utilização, colocando as fichas por ordem de assuntos, segundo os tópicos do planejamento.

(2) Loc. cit: “A tese e sua defesa”, in Revista do Serviço Público, pg. 30 e seguintes, maio de 1942 — Rio

(3) GEORGE SHELTON HUBBELL — “Writing documented papers”. New York — College Outline Series — Barnes & Noble, Inc. Copyright 1941.

2) Uso da *citação*, no rodapé, transcrevendo a fôlha de rosto do livro (onde há o nome completo do autor, o título da obra, a editôra, a data, a indicação da série de edições, o local editado), incluindo a página de onde se extraiu a citação.

Não podemos deixar de investigar o que já foi realizado ou escrito sôbre a matéria. E' inestimável a apresentação da contribuição das autoridades.

Há críticos que julgam devamos traduzir as citações quando os autores são estrangeiros.

Em trabalhos técnicos, podemos transcrever no original quando as línguas são o espanhol, o italiano, o francês e o inglês — pois a média dos brasileiros cultos lêem correntemente essas línguas. Se, porém, nos valermos de língua menos conhecidas entre nós, pode-se dar o original e a tradução.

3) Uso de informes ou comunicados de qualquer natureza: precisar sempre a procedência, com minúcia.

4) Quanto à forma, devemos valer-nos do estilo lógico e didático, de acôrdo com a finalidade da tese. Na redação do trabalho, desde que o autor possua a hipótese e a tese, isto é, o têrmo de partida e o têrmo de chegada, pode usar, na parte

intermediária, qualquer forma, inclusive a monográfica. E' de se frisar, porém, que a monografia só se justifica, aí, como meio da demonstração, para chegar ao fim que é a *tese*.

De qualquer modo, há sempre uma ordem a ser respeitada: não precisa ser rígida, mas exige organicidade.

5) Quanto ao fundo, é de pressupor que quem escreve tese possui um método próprio de estudar. A arte de estudar requer a sistematização dos dados e conseqüentemente sua anotação e crítica. Na crítica, orientamo-nos pela concepção que temos de certas questões fundamentais da vida (filosofia). Não são raros, porém, os trabalhos em forma de tese e de monografia em que os autores ficam flutuando entre diversas correntes do pensamento, à falta de uma base segura para orientá-los. Este vício é mais comum nas ciências em formação como, por exemplo, na Psicologia. E' preciso o maior cuidado para que não endossemos opiniões que contraditem, invalidem ou abalem o ponto de vista central da nossa concepção do universo e do homem.

6) Devemos destacar a nossa contribuição pessoal, mostrando o caminho que nos conduziu a chegar a propor a hipótese e a demonstrar a tese.

* *

"A política dos melhoramentos materiais é útil, é sábia, é essencial ao nosso desenvolvimento. Mas cumpre que seja reflexiva, prática, estudiosa, severamente investigadora, escrupulosamente limpa. Apoie a administração os cometimentos da previsão individual, mas quando ela, tècnicamente assentada em bases seguras, não aventurar a sacrifícios estêreis e gravosos encargos a penúria aflitiva das nossas finanças, condenadas a uma existência alternativa de expedientes e desastres". Rui, *Queda do Império*, tomo V, pág. 185.

* *
*

"Por esta última denominação se entende aquêlê gênero de concursos, especialmente preferidos, na Alemanha e em outros países adiantados, para os cargos do magistério superior, em que os candidatos buscam, pelo testemunho dos seus trabalhos, escritos e serviços, mostrar a excelência do seu merecimento. Nesse caso não há nem arguição mútua, nem interferência de examinadores". Rui, *Obras completas* vol. XXV, tomo IV (*Trabalhos jurídicos*, 1898), pág. 118.

* *
*

"O impetrante está convencido profundamente de que tôda injustiça cometida é uma dificuldade criada para os governos, todo abuso de autoridade um serviço à anarquia, tôda ampliação arbitrária dos poderes de exceção uma ameaça ao futuro". Rui, *Obras completas* vol. XXV, tomo IV (*Trabalhos jurídicos*, 1898), pág. 210.

* *
*

"Tanto se obtêm a verificação da capacidade mediante o debate recíproco entre os concorrentes, quanto mediante a arguição pública dêstes por examinadores oficiais. A simultaneidade, a notoriedade, a seriedade das provas são as mesmas. Em ambos os casos há *concorrência profissional* e, portanto, concurso". Rui, *Obras completas* vol. XXV, tomo IV (*Trabalhos jurídicos*, 1898), pág. 129.